INCIDÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

POLITICAL ADVOCACY IN CONTEMPORARY BRAZIL: THE ROLE OF SOCIAL MOVEMENTS IN STRENGTHENING DEMOCRACY

INCIDENCIA POLÍTICA EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO: EL PAPEL DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL FORTALECIMIENTO DE LA DEMOCRACIA

Diego Agostinho Caixto[1]

Resumo

O presente artigo analisa a relação entre os movimentos sociais brasileiros contemporâneos e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como estratégia de incidência política voltada ao fortalecimento da democracia. Parte-se da constatação de que as TIC se tornaram um elemento central para ampliar o alcance das articulações da sociedade civil, alterando a forma de organização, representação e mobilização dos atores sociais. Emprega-se o método indutivo, com revisão bibliográfica sobre a formação histórica dos movimentos sociais no Brasil, a influência da globalização nessas dinâmicas e o papel das redes digitais na estruturação do chamado net-ativismo ou ciberativismo. Discutem-se também os limites dessa forma de atuação, como o risco de engajamento superficial (slacktivism), a desigualdade de acesso digital e a disseminação de desinformação. Conclui-se que o uso de recursos digitais se consolidou como uma das principais estratégias de incidência política dos movimentos sociais, contribuindo para o fortalecimento da democracia e para a promoção da equidade, desde que associado a estratégias de mobilização que superem os limites do ativismo puramente online.

Palavras-chave: movimentos sociais; incidência política; tecnologias de informação; comunicação.

Abstract

This article examines the relationship between contemporary Brazilian social movements and the use of Information and Communication Technologies (ICTs) as a political advocacy strategy aimed at strengthening democracy. It is grounded in the premise that ICTs have become essential tools for expanding the reach of civil society initiatives, transforming the ways in which social actors organize, represent themselves, and mobilize collective action. Through an inductive approach and a comprehensive literature review, the study explores the historical development of social movements in Brazil, the impact of globalization on these dynamics, and the role of digital networks in fostering what has been termed net activism, or cyberactivism. The article also addresses the limitations of this form of engagement, including the risks of superficial participation (slacktivism), unequal access to digital technologies, and the widespread dissemination of disinformation. The findings suggest that digital resources have emerged as one of the principal political advocacy tools employed by social movements, contributing to the strengthening of democratic processes and the promotion of social equity. However, their effectiveness depends on their integration with forms of collective action that extend beyond the digital sphere. Ultimately, the study argues that ICTs can serve as powerful instruments for democratic participation and social transformation when combined with broader strategies of civic engagement.

Keywords: social movements; political advocacy; information and communication technologies (ICTS).

Resumen

El presente artículo analiza la relación entre los movimientos sociales brasileños contemporáneos y el uso de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) como estrategia de incidencia política orientada al

[1] Doutorando em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz); Mestre em Políticas Públicas e Saúde; Bacharel em Ciência Política e em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Internacional Uninter (Uninter); Research Officer na International Labour Organization (ILO). E-mails: dacalixto@gmail.com; calixto@ilo.org.

DOI: 10.22169/cadjud.v9n1.4027

fortalecimiento de la democracia. Se parte de la constatación de las TIC se han convertido en el elemento central para ampliar el alcance de las articulaciones de la sociedad civil, modificando las formas de organización, representación y movilización de los actores sociales. Se emplea el método inductivo, con una revisión bibliográfica sobre la formación histórica de los movimientos sociales en Brasil, la influencia de la globalización en estas dinámicas y el papel de las redes digitales en la estructuración del denominado netactivismo o ciberactivismo. También se discuten los límites de esta forma de actuación, como el riesgo de participación superficial (*slacktivism*), la desigualdad en el acceso digital y la difusión de desinformación. Se concluye que el uso de recurso digitales se ha consolidado como una de las principales estrategias de incidencia político de los movimientos sociales, contribuyendo al fortalecimiento de la democracia y a la promoción de la equidad, siempre que esté asociado a estrategias de movilización que superen los límites del activismo puramente en línea.

Palabras clave: movimientos sociales; incidencia política; tecnologías de la información y la comunicación.

1 Introdução

Nos últimos anos, importantes transformações ocorreram em relação aos movimentos sociais. Atualmente, percebe-se que a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tornou-se um elemento central para o processo de ampliação do alcance das ações e articulações dos movimentos sociais, resultando em inovações nas formas de organização, representação e incidência política.

Podemos entender essas transformações na forma de atuação como um fenômeno associado ao processo de globalização, que ocasionou uma mudança de paradigma em relação ao uso de recursos naturais, à lógica de território, aos processos de produção e à gestão do espaço urbano. Percebe-se que essas transformações possibilitaram que os movimentos sociais adquirissem novos contornos perante a sociedade, crescendo em dinamismo e em criatividade.

Esse fenômeno também resultou em um aumento do poder de comunicação e de relacionamento entre os diferentes públicos e atores sociais, incluindo mais pessoas no exercício da cidadania. Esse novo contorno do ativismo tem como principal característica a atuação por meio de redes sociais, que agem em diferentes níveis para possibilitar novas abordagens de intercomunicação. A globalização e a sociedade em rede modificaram muitas estruturas e transformaram definitivamente o modo como as ações coletivas de ativismo são promovidas e realizadas.

No Brasil, essas mudanças resultaram também em importantes processos históricos, induzindo transformações sociais e políticas a partir da perspectiva de um maior engajamento no ativismo que utiliza as TIC disponíveis. Isso se efetiva em diferentes aspectos, como, por exemplo, a expansão da capacidade de articulação da sociedade civil, as ações de incidência no campo sociopolítico e o processo de mobilização visando à maior participação social.

Partindo da perspectiva de que os movimentos sociais podem ser entendidos como os meios pelos quais a sociedade civil concretiza as transformações necessárias para atender às demandas sociais, observa-se que determinados atores sociais atuam com vistas a exercer um

ativismo mais associado a novas abordagens de comunicação, que melhor se adequem às necessidades coletivas e que sejam adaptados às dinâmicas sociais do território em que estão inseridos.

No que se refere aos movimentos sociais, ressalta-se que eles acontecem por motivações diversas, vinculadas a uma demanda específica, com a qual um grupo de indivíduos se identifica com a causa em questão. Dessa forma, observando a associação do ativismo com o fenômeno da globalização, identifica-se que o uso das TIC pelos movimentos sociais se configura como uma estratégia contemporânea para incidir em cenários e redes e aproximar-se das transformações necessárias, visando a determinada demanda ou objetivo.

A forma de interpretar a incidência política dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo tem relação direta com o objetivo de ampliar possibilidades de interatividade, priorizando relações políticas mais horizontalizadas dentro de um modelo de autogestão e caracterizando-se com uma nova abordagem de incidência política, focada no ativismo digital em redes. Esse cenário sugere que as TIC são utilizadas por esses atores sociais como um meio facilitador para a mobilização de recursos destinados às suas ações, à divulgação e à organização e estruturação dos seus grupos sociais.

O artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira, aborda-se o contexto histórico e as características associadas aos movimentos sociais. A seguir, discutem-se elementos que evidenciam a influência da globalização na atuação dos movimentos sociais. Na sequência, aborda-se o uso das TIC na incidência política da sociedade civil e, na última parte, o artigo trata das abordagens dos movimentos visando ao fortalecimento da democracia, bem como dos limites e das tensões associados ao ativismo digital.

Por fim, a análise também discorre sobre a relação entre a atuação dos movimentos sociais no Brasil e o emprego de redes sociais como ferramenta de ativismo digital. De maneira complementar, destacam-se as reflexões ligadas ao uso das TIC como estratégia de incidência política e ao tema da liberdade de expressão na era digital, que merecem mais atenção e destaque do que seria possível neste artigo.

O objetivo deste artigo é analisar como os movimentos sociais vêm se posicionando em relação ao tema das Tecnologias de Informação e Comunicação e levantar as principais e prováveis hipóteses para as transformações contemporâneas associadas à forma de fazer incidência política, visando ao fortalecimento da democracia.

Para desenvolvê-lo, emprega-se, principalmente, o método indutivo, partindo de questões particulares para as conclusões mais amplas acerca do tema.

2 Contexto histórico dos movimentos sociais no brasil

No Brasil, na década de 1970, os movimentos sociais populares liderados e articulados por grupos de enfrentamento ao regime militar constituíram a tônica central do cenário sociopolítico à época. Em meados da década de 1980, houve redução significativa das manifestações lideradas por ativistas, visto que o regime militar havia chegado ao fim. Nesse sentido, destaca-se que esses processos liderados pelos movimentos sociais contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988.

Na década de 1990, surgiram outras formas de organização social, mais institucionalizadas e com uma agenda de incidência político-social bem delineada. Essas organizações tornaram-se responsáveis por efetivar, na prática, os encontros nacionais, que mobilizaram os territórios e engajaram muitos ativistas, resultando em um processo mais qualificado no que se refere aos diagnósticos dos problemas sociais, assim como na definição de metas e objetivos para solucioná-los. Diversas foram as iniciativas de parceria entre as organizações da sociedade civil organizada e o governo, impulsionadas por políticas de Estado, como a experiência do Orçamento Participativo e o programa Bolsa Escola, por exemplo.

À medida que o neoliberalismo avançou no Brasil, outros movimentos sociais surgiram com foco na oposição às reformas estatais, no enfrentamento ao desemprego e nas ações dirigidas a aposentados e pensionistas do sistema previdenciário. Ainda nesse contexto, destacam-se os atos e manifestações pela paz e contra a violência, visto que a paz era um contraponto aos conflitos e uma importante medida para mitigar as formas de violência praticadas nos centros urbanos.

Nesse contexto, destacam-se os grupos de mulheres que criaram redes de conscientização em relação a seus direitos e frentes de luta contra as discriminações e as opressões. O movimento LGBT também ganhou força e visibilidade, impulsionando uma série de mobilizações nas ruas, organizando passeatas, atos de protesto e grandes marchas. Considerando a conjuntura da época, esses processos representaram uma novidade histórica, pois o contexto era fortemente machista e conservador em relação às pautas apresentadas por mulheres e por pessoas LGBT.

Fenômeno similar ocorreu com o movimento negro, que ampliou sua atuação ára além das manifestações culturais, fortalecendo-se, sobretudo, como um movimento de construção de identidade e de luta contra a discriminação racial. Por fim, observam-se também os movimentos

liderados por jovens associados a pautas culturais e estudantis, com foco no acesso a políticas públicas.

Deve-se destacar, ainda, outros importantes movimentos sociais no Brasil na década de 1990: o dos indígenas, o dos funcionários públicos e o de luta contra a Aids. A população indígena cresceu em número e em organização ao longo dos anos, concentrando suas mobilizações em duas demandas principais: a demarcação de terras e a comercialização de seus produtos a preços justos em mercados competitivos.

Com relação ao movimento liderado por funcionários públicos — a maioria ligada às áreas de educação e de saúde —, é importante contextualizar que suas ações se concentraram na oposição às reformas governamentais que, consequentemente, retiravam direitos sociais e arrochavam salários em nome de ajustes fiscais. Por fim, o movimento de luta contra a Aids ganhou força nas mobilizações após a visibilidade causada pela morte de pessoas famosas, como o cantor e compositor Cazuza; diversos coletivos se organizaram por meio de organizações, muitas delas contando com o apoio e a participação de celebridades sensibilizadas com a temática.

Em linhas gerais, os movimentos sociais se institucionalizaram e passaram a atuar como Organizações da Sociedade Civil (OSC) e, como resultado desse processo, essas organizações ganharam relevância a partir da década de 1990. Trata-se de OSC distintas das que atuavam na década de 1980 junto a movimentos populares: agora, inscritas no universo do terceiro setor, direcionam suas ações para a execução de políticas públicas em parceria com o poder público e a sociedade civil, atuando em áreas estratégicas vinculadas a situações de vulnerabilidade e de proteção social.

Mais recentemente, o cenário brasileiro assistiu ao ressurgimento de mobilizações de rua em grande escala, como as Jornadas de Junho de 2013, que reuniram milhões de pessoas em torno de pautas heterogêneas — do transporte público ao combate à corrupção — e evidenciaram o papel das redes sociais digitais na convocação e na coordenação das manifestações (Maricato *et al*., 2013).

Na sequência, observou-se a expansão de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), e a Primavera Secundarista (2015-2016), protagonizada por estudantes na ocupação de escolas públicas em oposição a diferentes medidas educacionais, e a articulação de coletivos feministas em torno de hashtags de mobilização, a partir de 2018. Esses episódios evidenciam um padrão de mobilização híbrido, que combina a presença física nas ruas com a arquitetura de redes digitais, demonstrando a crescente incorporação das TIC ao repertório de atuação política dos movimentos sociais brasileiros.

3 A influência da globalização na atuação dos movimentos sociais

Recentemente, o termo globalização tem sido incorporado ao vocabulário interpretativo dos fenômenos econômicos e sociais e, a partir disso, é possível compreender a ideia de integração, subentendendo-se que os atores sociais e políticos interagem de forma a compartilhar ideias e características e, portanto, promovem a troca de informações e de processos. Observa-se, assim, a formação de uma nova esfera de incidência política nos movimentos sociais, induzida pelo fenômeno da globalização e resultando em sociedades mais complexas, relacionadas a um padrão organizacional diverso e permeadas por uma maior capacidade de obter e compartilhar informações com rapidez.

Uma das características marcantes da globalização e da sociedade em rede reside na formação de movimentos sociais contemporâneos. Sob esse viés, assiste-se a uma crescente transformação das formas de fazer ativismo baseadas nas tecnologias digitais, que abrange a convergência dos meios de comunicação com as ações de incidência política. O fenômeno da globalização contribuiu para a formação de um novo arranjo na forma de atuação das OSC e, nesse sentido, a Internet constitui-se como um dos principais meios dessa convergência, com profundo impacto em novas formas de relacionamentos sociais, novas possibilidades de ativismo e de *advocacy*, e novos tipos de organizações e formas de associação.

Além disso, a rede mundial de computadores constitui-se também como um novo instrumento para a globalização enquanto ferramenta de integração social, com consequências positivas e negativas em diversas áreas (Moraes, 2003). Segundo Castells (2000, 2003b), a sociedade em rede é o resultado desse conjunto de transformações que abrange, direta ou indiretamente, todas as camadas sociais em todas as regiões do mundo.

A globalização envolve uma grande variedade de fenômenos sociais. O foco que geralmente mais se destaca está associado às formas de estruturar a sociedade em rede, partindo da premissa de que o acelerado avanço tecnológico associado à globalização resultou na projeção da vulnerabilidade social como um problema estrutural. Nessa conjuntura, as OSC assumem papel central na reinvindicação de mudanças estruturantes em resposta a um cenário pouco favorável à garantia de direitos e políticas sociais.

Destaca-se que muitas ações de caráter político-social se fortaleceram e se potencializaram à medida que a Internet lhes deu suporte, utilizando a sociedade em rede para disseminar informações, promover a discussão coletiva e apoiar o ativismo e as OSC. Pode-se afirmar que as ações coletivas realizadas por meio da Internet são estratégicas dentro de um ambiente político e social e projetam com maior intensidade as demandas dos atores políticos dirigidas ao poder público e à garantia de direitos civis, políticos e sociais previstos em lei. Dessa forma, a globalização também contribuiu para uma maior compreensão das OSC e das ações dos coletivos sociais, ao mesmo tempo em que reforçou a

intensificação de agendas importantes para a promoção dos direitos civis e da cidadania (Machado, 2007, p. 254).

No Brasil contemporâneo, a organização dos movimentos sociais em redes sociais digitais tem permitido que o ativismo se organize de forma a superar lacunas de ordem temporal, espacial, ideológica e identitária, colaborando para a ampliação do escopo de atividades em níveis antes pouco imaginados (Pereira, 2011, p. 19). Esse cenário, no qual a informação e a comunicação têm papel decisivo, é produzido a partir da articulação dos movimentos sociais em redes sociais digitais e da utilização da Internet, que conectam pessoas e movimentos sociais e podem ter um caráter marcadamente democrático.

4 O uso das tecnologias de informação e comunicação na incidência política

De uma maneira geral, os movimentos sociais contemporâneos buscam a construção de uma sociedade democrática que priorize relações horizontalizadas, fornecendo uma estrutura de autogestão dos processos de incidência política. Esses movimentos se apoiam na Internet, mais especificamente no uso das TIC, bem como em articulações locais, visando fortalecer o território em que estão inseridos e contribuir para um debate coletivo mais delimitado, no qual a tomada de decisão impacta diretamente a área de abrangência das ações de incidência política (Castells, 2013). Essas configurações de movimento social têm como papel central conscientizar, informar e engajar os cidadãos na busca por direitos sociais (Harvey, 2008), por meio de mobilizações voltadas à ampliação do acesso aos meios digitais e baseadas no uso das TIC como ferramenta de *advocacy*.

Essa forma de fazer incidência política, baseada nas TIC, representa não apenas uma nova forma de ativismo — o digital em rede, também chamado de "net-ativismo" ou "ciberativismo" —, mas também a caracterização de um movimento social contemporâneo, baseado na sociedade em rede e na utilização de estratégias de comunicação e informação para mobilizar atores sociais e apresentar demandas ao poder público. Essa forma de atuação pode ser entendida como um conjunto de abordagens que possibilitam um novo tipo de participação, baseado na construção de redes de informação e na utilização das redes sociais para gerar engajamento político entre os atores sociais. Destaca-se que essas abordagens também proporcionam maior autonomia, sustentabilidade e criatividade no contexto dos movimentos sociais contemporâneos.

As redes digitais representam um importante instrumento de utilização das TIC pela sociedade civil, visto que as pautas, demandas e ações de incidência política avançam em

resposta às necessidades comuns, como o fortalecimento da democracia, a promoção da equidade e o fomento à sustentabilidade. As interações e conexões promovidas por essa forma de ativismo resultam na criação de novos cenários sociais, alterando o contexto das relações sociais que, anteriormente, se baseavam em agendas fragmentadas e que, agora, se configuram por meio de interfaces comunicativas com características diversas e abrangentes. Nesse sentido, cabe destacar que as ações dos movimentos sociais contemporâneos vão desde a ocupação de espaços públicos e a realização de protestos comunitários atraem a atenção do governo, até a mobilização em redes sociais para gerar engajamento sobre determinada pauta a ser debatida com o poder público.

Os movimentos se apropriam das TIC e as utilizam como importante recurso para a organização e estruturação de seus grupos sociais, de modo que, em momento oportuno, consigam, por meio da divulgação de informações e das conexões realizadas nas redes sociais digitais, planejar ações e desenvolver estratégias para participar por processos de tomada de decisão política, com visibilidade ampliada de suas reivindicações por meio de canais oficiais ligados a plataformas como Instagram, Facebook, Twitter e YouTube. Nesse contexto, destaca-se também a atuação dos movimentos sociais no monitoramento e na avaliação do cenário democrático por meio de novas tecnologias, como, por exemplo, o acesso a fontes de informação digital sobre política.

Exemplos concretos ilustram esse padrão no Brasil: a mobilização do Movimento Passe Livre, em 2013, utilizou as redes sociais digitais, especialmente o Facebook, para convocar atos contra o aumento das tarifas de transporte público; o MTST tem utilizado o Instagram e o WhatsApp para articular ocupações e campanhas de doação; e movimentos feministas e antirracistas têm se apropriado de hashtags e de transmissões ao vivo em plataformas como Instagram e YouTube para promover formação política e engajamento de novos públicos. Esses casos indicam que as TIC não substituem necessariamente as formas tradicionais de mobilização, mas podem atuar como uma camada adicional de coordenação, visibilidade e captação de recursos, ampliando o alcance de pautas que, de outra forma, poderiam encontrar maior dificuldade para alcançar diferentes públicos.

5 Novas abordagens visando ao fortalecimento da democracia

A partir do século XXI, os movimentos sociais contemporâneos passaram a desempenhar um papel relevante na democratização das relações sociais no âmbito da sociedade civil, resultando em uma redefinição de papéis, de identidades — individuais e

coletivas —, de conteúdos e de modos de interpretação dos discursos existentes nessa esfera. Nesse sentido, percebe-se que o desenvolvimento de políticas sociais dirigidas a novos atores sociais leva em conta novas identidades, necessidades, interpretações e papéis, constituindo-se como processo fundamental para o projeto de uma sociedade civil democratizada (Cohen; Arato, 1992, p. 526).

Observa-se que, dentro de um contexto democrático, os movimentos sociais contribuem para uma nova concepção de democracia, que se conforma na explicitação da incidência política e possibilita que temáticas relevantes adentrem o espaço público por meio do uso estratégico da comunicação e da influência da opinião pública. Assim, os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos contextos políticos nos quais estão inseridos e podem tornar-se elementos importantes para reivindicar a mudança ou a manutenção de políticas, podendo ainda questionar a forma pela qual as decisões políticas são efetivadas, demandando maior participação da sociedade civil nos campos decisórios.

A relação entre os movimentos sociais e o fortalecimento de instituições democráticas pode ser observada por meio da análise histórica do momento em que as eleições passaram a ocupar posição de maior relevância no cenário político. Desde a década de 1980, os processos eleitorais têm se relacionado com a atuação dos movimentos sociais, resultando em maior visibilidade destes nos espaços de discussão e de formalização de novas demandas no contexto de redemocratização. Esse cenário favoreceu a atuação de movimentos sociais que passaram a ocupar tais espaços e, em determinados casos, a estabelecer relações com partidos, candidatos e projetos políticos mais alinhados com suas demandas.

Esse processo também está relacionado ao reconhecimento da importância da participação e da mobilização de diferentes grupos sociais no contexto democrático. No que se refere aos processos eleitorais, destaca-se que as manifestações e articulações durante esses períodos contribuíram para ampliar as formas de participação política dos movimentos sociais no processo de redemocratização.

Ressalta-se, ainda, que os movimentos sociais também podem fortalecer a democracia ao evidenciar tensões relacionadas às decisões políticas. Essas tensões podem contribuir para o aprofundamento dos ideais democráticos de participação e de inclusão de determinados grupos sociais na luta pelo reconhecimento e pela inserção de novas demandas até então não pautadas. A participação democrática amplia-se à medida que surgem novos atores sociais e novas demandas são apresentadas ao poder público. Nesse sentido, observa-se que os movimentos sociais podem fortalecer a democracia à medida em que contribuem para a promoção de mudanças sociais e possibilitam o aprofundamento democrático.

É importante reconhecer que os movimentos sociais nem sempre dispõem dos mesmos recursos institucionais para alcançar seus objetivos que os grupos de interesse e os partidos políticos e, diante disso, um dos principais recursos de que dispõem consiste nas agendas de incidência política, pautadas por demandas sociais e organizadas pela sociedade civil por meio de passeatas, protestos, marchas, greves ou manifestações.

Outro aspecto importante é reconhecer que a dinâmica dos movimentos pode favorecer as relações democráticas com outros atores políticos, visto que os movimentos sociais têm buscado desenvolver estruturas organizacionais e de incidência política pautadas na participação, na formulação de consensos e na estruturação de redes horizontalizadas (Della Porta; Diani, 2006, p. 243). Partindo do pressuposto de que os movimentos sociais procuram desenvolver redes horizontalizadas, nota-se a importância dada à qualidade da comunicação como ferramenta de gerenciamento de conflitos políticos e de materialização das diferentes possibilidades de ativismo dos movimentos sociais.

5.1 Limites e Tensões do Ativismo Digital

Não obstante os ganhos analisados, é necessário reconhecer que o uso das TIC pelos movimentos sociais também impõe limites e gera tensões que não podem ser ignoradas em uma análise que se pretenda equilibrada.

Primeiro, parte da literatura chama atenção para o fenômeno do chamado slacktivism, ou "ativismo de sofá" (Morozov, 2011), no qual o engajamento digital se manifesta por meio de curtidas, compartilhamentos e assinaturas de petições on-line, sem que isso se traduza necessariamente em mobilização efetiva ou em mudança concreta nas políticas públicas. Esse tipo de engajamento pode gerar uma percepção limitada de participação política, ao mesmo tempo em que pode reduzir o esforço coletivo necessário para sustentar pautas de médio e longo prazo.

Segundo a desigualdade de acesso à internet e a dispositivos digitais — o chamado fosso digital — segue sendo uma barreira relevante no Brasil, onde parte da população, sobretudo em regiões periféricas e rurais, pode enfrentar condições de acesso mais limitadas ou instáveis à rede. Isso implica que o net-ativismo, se não for combinado com estratégias presenciais e comunitárias, pode contribuir para a reprodução, também no campo digital, de desigualdades sociais existentes.

Terceiro, as próprias redes sociais digitais, ao operarem por meio de algoritmos que podem favorecer conteúdos de maior engajamento, podem contribuir para a formação de câmaras de eco e a disseminação de desinformação, o que pode ser instrumentalizado tanto por

atores alinhados às pautas dos movimentos sociais quanto por seus opositores. A viralização de conteúdo não verificados, a manipulação de narrativas e as campanhas coordenadas de desinformação representam riscos para a qualidade do debate público e, em alguns casos, podem ser utilizadas para deslegitimar ou criminalizar a atuação dos próprios movimentos sociais.

Por fim, cabe destacar a vulnerabilidade dos ativistas frente à vigilância digital, ao assédio on-line e à exposição de dados pessoais, fenômenos que podem gerar efeitos inibidores sobre a participação política, sobretudo entre grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas negras e integrantes da comunidade LGBT.

Reconhecer esses limites não invalida o argumento central deste artigo, mas o qualifica: o fortalecimento da democracia por meio do uso das TIC pelos movimentos sociais pode depender da capacidade desses atores de combinar as potencialidades do ativismo digital com estratégias de mobilização presencial, formação política continuada e análise crítica dos próprios usos das plataformas digitais.

6 Considerações finais

Para compreender melhor os fenômenos de fortalecimento da democracia por meio dos movimentos sociais contemporâneos, é importante reconhecer que nem todos os movimentos e organizações da sociedade civil possuem capacidade ou disposição para participar dos espaços institucionais de tomada de decisão. As razões associadas a esse cenário são diversas. Dentre elas, destacam-se o receio de cooptação e o desacordo com instrumentos que eventualmente podem definir os temas a serem abordados e os procedimentos que resultarão nas decisões. Nesse sentido, observa-se que muitos movimentos, ainda que utilizem as TIC, podem optar por outras formas de atuação para incidir sobre o sistema político e alcançar seus objetivos.

Dessa forma, entende-se que podem ser identificados três posicionamentos distintos entre movimentos oriundos da sociedade civil: o primeiro é o daqueles que veem no sistema político um eventual parceiro na formulação de mecanismos de participação e decisão; o segundo é o daqueles que mantêm uma postura mais autônoma em relação ao sistema político; e o terceiro é o daqueles que podem se aproximar ou se distanciar do sistema político conforme as circunstâncias em que se encontram.

Deve-se reconhecer a importância dos movimentos sociais na promoção de mudanças na sociedade, por meio da formulação de novas demandas, do reconhecimento das vulnerabilidades sociais e da manutenção de uma tensão contínua visando ao fortalecimento da

democracia e à manutenção das políticas públicas conquistadas, ao mesmo tempo em que questionam determinados processos e decisões políticas e estabelecem tensões com o sistema político.

No que se refere aos movimentos sociais, é importante destacar que eles representam importantes formas de incidência política, permitindo a articulação e a mobilização de atores sociais em relação a diferentes demandas, por meio de diferentes trajetórias, resultando em engajamento comunitário em prol de um objetivo comum. A incidência é um recurso político que permite evidenciar conflitos e que pode se tornar um importante mecanismo de contribuição para fortalecer a participação social no sistema democrático. A realização de ações inovadoras e criativas baseadas no uso das TIC também pode gerar engajamento e visibilidade, na medida em que chama a atenção nas redes sociais digitais e nos meios de comunicação, influenciando a opinião pública e evidenciando temáticas relevantes para os movimentos sociais.

Por fim, evidencia-se que os movimentos sociais contemporâneos apresentam uma ampla diversidade de formas de ativismo, baseadas no uso das TIC para desenvolver novas práticas que se configuram como alternativas de realizar incidência política. Contudo, para que o ativismo em rede se efetive de forma sustentável, é necessário que os movimentos sociais fomentem a utilização de recursos digitais não apenas para o engajamento de atores sociais, mas também para ampliar o alcance das ações no campo político, visando ao fortalecimento da democracia.

Nesse sentido, a agenda de pesquisa sobre movimentos sociais e TIC no Brasil contemporâneo deve considerar não apenas às potencialidades emancipatórias do ativismo digital, mas também aos seus limites, riscos e desigualdades associadas, de modo a subsidiar estratégias mais robustas e sustentáveis de fortalecimento democrático.

Referências

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. (Org.). Dossiê: movimentos sociais e ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciência Política,** Brasília, Brasil, n. 3, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1668. Acesso em: 30 set. 2026.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. Internet e Sociedade em Rede. *In:* MORAES, D. (org.). **Por uma Outra Comunicação:** Mídia, Mundialização Cultural e Poder. Rio de Janeiro: Record, 2003b.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COHEN, J. L.; ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements:** an introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

HARVEY, D. The right to the city. **New Left Review**, London, n. 53, 2008. Disponível em: https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city. Acesso em: 16 out. 2025.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, v. 9, n. 18, p. 248-285, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/JKWntC6dkPCjpRXtXfFzYzk/?lang=pt. Acesso em: 16 out. 2025.

MARICATO, E. *et al*. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MORAES, D. (org.). **Por uma Outra Comunicação:** Mídia, Mundialização Cultural e Poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MOROZOV, E. **The Net Delusion:** the dark side of Internet freedom. New York: PublicAffairs, 2011.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. *In:* Encontro da Compolítica, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p. 1-26. Disponível em: https://livrozilla.com/doc/1140232/internet-e-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-%E2%80%93-os-movimentos-sociais-n. Acesso em: 16 out. 2025.

Data de submissão: 23/07/2026
Data de aceite: 04/09/2026